

Turismo comunitário: uma análise teórica para se pensar o turismo através da organização popular

Débora Goes URANO¹
Felipe de Souza SIQUEIRA²

Resumo: O presente trabalho realiza uma análise teórica sobre o desenvolvimento do turismo comunitário, através da compreensão do contexto político e social que levou a emergência deste novo modelo de organização da atividade turística. Ainda busca a compreensão dos elementos essenciais ao fortalecimento e consolidação de iniciativas de turismo comunitário. Nesse sentido, tem-se um estudo de caráter exploratório e abordagem qualitativa, realizado por meio de pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos e pesquisa documental. O estudo demonstra que o turismo comunitário surge a partir das críticas e reflexões feitas ao desenvolvimento do turismo hegemônico baseado em políticas neoliberais e centrado na iniciativa privada e acumulação de capital. Apontou, também, que o turismo comunitário está intrinsecamente ligado a uma efetiva participação popular, ao grau de organização comunitária e formação coletiva das comunidade, assim como ao nível de aceitação da comunidade para que se construa uma nova realidade social.

Palavras-chave: Turismo comunitário. Organização comunitária. Participação popular.

Introdução

O turismo é apresentado por diversos autores como fenômeno da sociedade capitalista, que se expande a partir do século XVIII em meio ao desenvolvimento científico tecnológico que marca a revolução industrial, o avanço dos meios de transporte, dos meios de comunicação, e das conquistas trabalhistas como férias, descanso semanal e décimo terceiro salário. Esse fenômeno ganha ao longo dos anos seguintes uma grande repercussão social e econômica, encontrando no período do pós-guerra (1950 a 1980), nível de massificação que acarretou profundas transformações nas comunidades anfitriãs.

Durante a década de 1970, no auge do que ficou denominado por “turismo de massa”, começa a serem evidenciados os impactos gerados por essa atividade até então pautada nas relações de mercado e acumulação de capital, deixando às margens do processo as questões sociais, culturais e ambientais. Os impactos advindos com a atividade turística tornaram-se temas de debates, estudos e encontros internacionais. Ao mesmo tempo, posturas contrárias ao “turismo de massa” e as consequências negativas deste surgem nas comunidades receptoras, que começam a refletir e pensar em um turismo alternativo ao modelo vigente a época (Pires, 2002). Emergem, então, novas formas de turismo que pretendem ser alternativas ao “turismo de massa”, como o ecoturismo, turismo rural,

¹ Bacharel em turismo pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGTUR/UFRN). Email: debby104@hotmail.com

² Bacharel em turismo pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Mestre em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ). felipesiqueira50@gmail.com

cultural. Surgem novos conceitos como o de turismo sustentável e responsável e novos modelos de organização da atividade turística, como o proposto pelo turismo comunitário.

No Brasil, surgem iniciativas de turismo comunitário em algumas comunidades brasileiras, como a Acolhida na Colônia, localizada na Encosta da Serra Geral (SC); a Fundação Casa Grande, em Nova Olinda (CE); Projeto Saúde e Alegria, em Santarém (PA); e Pousada Uacari (RDS Mamirauá), em Tefé (AM); e as comunidades participantes da Rede Tucum(CE). Em 2008, a partir da articulação e de pressões instituída pelas comunidades, organizações não governamentais e pesquisadores da área, o Ministério do Turismo (Mtur) lançou o Edital de Chamada Pública de Projetos Mtur nº001/2008, para apoiar através de auxílio financeiro, projetos de turismo de base comunitária. Através do edital foi disponibilizado apoio financeiro entre R\$ 100 mil e R\$ 150 mil por iniciativa, em um prazo para execução dos projetos de até 18 meses. Sendo recebidas mais de 500 propostas de todo Brasil, 50 foram selecionados.

Nesse sentido o presente trabalho tem como objetivo compreender a partir de uma abordagem teórica o processo de desenvolvimento de iniciativas de turismo comunitário através da compreensão do contexto político e social que levou a emergência deste modelo de organização da atividade turística, além da compreensão de elementos essenciais ao fortalecimento de iniciativas de turismo comunitário. O estudo tem um caráter exploratório, pois busca uma maior compreensão acerca do desenvolvimento do turismo comunitário. Entende-se que as pesquisas exploratórias “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (Gil, 1994, p. 43). O método abordado na pesquisa é qualitativo. E o estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica em livros e artigos de periódicos, assim como pesquisa documental em documentos gerados no Grupo de Intervenção de Turismo durante o Fórum Social Mundial de 2004 e 2005.

A pesquisa divide-se em três partes. Inicialmente, faz-se uma análise do contexto social e político em que emerge o turismo comunitário. Em seguida, é feita uma análise das concepções, dimensões e conceitos acerca do turismo comunitário. E por último são feitas as considerações finais.

Emergência do turismo comunitário

O surgimento e expansão do turismo na sociedade moderna estão atrelados ao início do capitalismo industrial no século XIX. É durante esse período que ocorre a substituição do trabalho manual pelo maquinário, a criação de novos desejos e necessidades na sociedade, a produção de mercadorias e uma intensa relação de troca. É a partir da modernização capitalista que as viagens motivadas para o lazer vão ganhando a forma do turismo contemporâneo. Para Boyer, o turismo é:

O conjunto de fenômenos resultantes da viagem e da estadia temporária de pessoas fora do seu domicílio, na medida em que este deslocamento satisfaz, no lazer, uma necessidade cultural da civilização industrial (Boyer, 2003, p. 16).

Assim, as viagens são transformadas em turismo no sentido de satisfazer necessidades criadas para uma sociedade que visa a acumulação de capital. O autor resgata alguns fatos históricos sobre as viagens a partir do século XVI, época em que ele denomina de “antecipações”. Destaca o século XVIII, como sendo a época das revoluções, do *Grand Tour*, viagens culturais pelo continente europeu realizado pelos jovens aristocratas, o prazer pelas águas, e a busca pelas bordas e as montanhas, até então vistos como assustadores e tenebrosos. A partir daí, tem-se cada vez mais as realizações de viagens a lazer por uma minoria aristocrática, que possui tempo e dinheiro para conhecer e desfrutar de outros lugares fora do seu habitual. É no século XIX com a Revolução Industrial e todas as transformações decorrentes desta revolução como o desenvolvimento científico e tecnológico, a construção de estradas, ferrovias, a modernização dos meios de transportes e a mudança nas relações de trabalho (Figueiredo & Ruschmann, 2004) que o turismo moderno se estrutura.

Nesse período emerge a concepção de tempo livre em oposição ao tempo de trabalho, destinado ao descanso e ao lazer. Têm-se as primeiras conquistas dos trabalhadores no que se refere aos direitos trabalhistas como redução da jornada de trabalho, férias e descanso semanal. A sociedade capitalista passa a valorizar o lazer, não como preocupação com o trabalhador, mas como meio de aumentar o consumo e o lucro dos empresários. Para Figueiredo & Ruschmann (2004, p. 169) “o turismo – viagem moderna - inscreve-se na lógica dual trabalho/tempo livre. Ele é sinônimo de férias e transformou-se no uso maximizado do tempo livre”.

Até metade do século XX, o turismo era uma atividade predominantemente para uma minoria privilegiada com condições econômicas favoráveis para realizar viagens de lazer. Depois o lazer e a cultura passa a se tornar acessível à classe trabalhadora dos países desenvolvidos, principalmente, no período pós-segunda guerra (1950-1980), o que incentivou o “turismo de massa”, mesmo que conservando um “importante não-público” (Boyer, 2003, p. 165), tendo em vista que é uma atividade de lazer acessível, ainda, somente àqueles que possuem uma razoável condição financeira.

A atividade turística baseia-se na produção e consumo de mercadorias, (ou serviços), e nas relações de mercado (Aramberri, 2001). Transforma a imagem, a cultura e o espaço em atrativos, pois passa a ser incorporado além do valor de uso desses elementos, um “valor de troca” (Marx, 2008), ganhando status de mercadoria. Como mercadoria, esta precisa ser moldada e adequada para atender a necessidade de seus consumidores, os turistas. Como forma de provê os anseios, ou melhor, as necessidades dos turistas, são construídas infraestrutura de acesso e equipamentos de meios de hospedagem, alimentação e lazer, nas comunidades receptoras, que atenda a uma demanda potencialmente atraída pelas imagens criadas pelo capital. Para David Harvey:

O capital é um processo, e não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. Suas regras internalizadas de operação são concebidas de maneira a garantir que

ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido. O processo mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humano, transforma espaços e acelera o ritmo da vida. Ele gera problemas de superacumulação para quais há apenas um número limitado de soluções possíveis (Harvey, 2013, p. 307).

Nesse processo, o turismo transforma lugares em destinos turísticos por meio da venda de imagens através da mídia e criação de necessidades e desejos de consumos na sociedade. Passa a ser expressão de uma “globalização perversa” (Santos, 2010), que não consegue promover a unicidade e homogeneização a qual foi atribuída, ao contrário, acentua as disparidades, a segregação espacial e a exclusão.

A globalização tanto divide como une; divide enquanto une – e as causas da divisão são idênticas às que promoveram a uniformidade do globo. Junto com as dimensões planetárias dos negócios, das finanças, do comércio e do fluxo de informação, é colocado em movimento um processo de localização, de fixação no espaço. Conjuntamente os dois processos intimamente relacionados diferenciam nitidamente as condições existenciais de populações inteiras e de vários segmentos de cada população. O que para alguns parece globalização, para outros parece localização; o que para alguns é sinalização de liberdade, para muitos outros é um destino indesejado e cruel (Bauman, 1999, p. 8).

A mobilidade do capital permite que este esteja livre da responsabilidade pelas consequências da exploração e de seus ganhos. Dessa forma, várias comunidades ao redor do mundo sofreram com a expansão do turismo globalizado, caracterizado pela inserção de capital exógeno a comunidade, a apropriação dos espaços e a exploração da população e recursos naturais locais. Os benefícios da atividade se concentravam nas mãos de poucos e principalmente de pessoas de fora, enquanto a população local sofria com as consequências da exploração.

Durante esse período, essas consequências negativas começam a ser evidenciadas por algumas instituições e organismo mais conscientes ligados ao turismo, personalidades, observadores e estudiosos da área. Começam a surgir reflexões e críticas ao desenvolvimento desordenado do turismo de massa, as quais se tornam tema de diversos eventos internacionais e regionais, e pauta de eventos oficiais como a Conferência da Organização Mundial de Turismo (OMT) de 1980, em Manila. Questionamentos e posturas contrárias aos impactos causados pelo turismo de massa emergem, também, dentro das comunidades receptoras. Estas começam a se organizar para discutir e pensar novas práticas de turismo alternativo ao de massa. Pires ressalta que:

As posturas e atitudes de repulsa e desaprovação ao “turismo de massa”, assumidas por muitas comunidades das regiões turísticas por ele atingidas, não negavam nem descartavam a importância do turismo como fator de desenvolvimento econômico e de promoção de seu bem-estar social, havendo por parte dessas mesmas comunidades manifestações para a

viabilização de um desenvolvimento turístico saudável e benéfico (Pires, 2002, p. 39).

A emergência do pensamento do turismo alternativo é influenciada por acontecimentos no contexto social e político global, como os movimentos de contracultura, pela liberdade política-ideológica, que levantavam bandeiras ambientalistas, antimilitaristas, pacifistas, e de direitos da minoria; que culminaram nas manifestações estudantis de 1968 nos Estados Unidos e na Europa, que criticavam a sociedade tecnológica-industrial, com as limitações às liberdades individuais, homogeneização das culturas e destruição da natureza (Pires, 2002).

Outro aspecto de forte influência nas discussões sobre a necessidade de um turismo alternativo ao turismo de massa, foram as reflexões acerca de novas concepções de desenvolvimento, que surgem a partir do pós-guerra. As questões de desenvolvimento, até então, eram pautadas no crescimento econômico e na diminuição das desigualdades entre as nações, tendo como principal instrumento de medição valores do Produto Interno Bruto (PIB) e da renda per capita. Surgiram então diversas teorias que buscavam explicar e solucionar essas disparidades. Com o tempo, essa noção de desenvolvimento regulada pelo crescimento econômico acabou por se tornar limitada mediante a complexidade e multiplicidade desse fenômeno, o que levou ao surgimento de novas abordagens que trouxeram novos aspectos para a compreensão de desenvolvimento (Moreira & Crespo, 2012). Para Furtado:

A incapacidade dos modelos de crescimento para captar as transformações estruturais – ou seja, a interação do “econômico” com o não-econômico -, e para registrar as complexas reações que ocorrem nas fronteiras do sistema econômico – relações com outros sistemas e com o ecossistema -, deriva da forma mesma como é apreendida a realidade econômica que lhes é subjacente. Quanto mais sofisticados, mais afastados se encontram tais modelos da multidimensionalidade da realidade social (Furtado, 1980, p. 13).

Para o autor o conceito de desenvolvimento tem sido utilizado em dois sentidos distintos na história contemporânea. O primeiro refere-se a melhoria do sistema social de produção, através da acumulação e progresso das técnicas, no sentido de aumentar a eficácia da produtividade do conjunto da força de trabalho. O segundo relaciona-se ao grau de atendimento às necessidades humanas, que exige a construção de um sistema de valor que torna subjetivos os critérios utilizados como indicadores do processo de desenvolvimento. No entanto, “o aumento da eficácia do sistema de produção (...) não é condição suficiente para que sejam melhor satisfeitas as necessidades elementares da população” (Furtado, 1980, p. 17). O que tem se observado, na verdade é que, a modernização das técnicas e o aumento da produtividade leva muitas vezes a degradação das condições de vida da população marginalizada e a danos ambientais irreversíveis.

Assim, o progresso das técnicas e a evolução dos sistemas de produção aprofunda as desigualdades sociais à medida que tem que assegurar a expansão do consumo. Para o autor

“foi em função dos valores dessa civilização material que se formou a consciência das desigualdades internacionais de níveis de vida, do atraso acumulado, do subdesenvolvimento” (Furtado, 1980, p. 18). E, é nesse contexto que novas concepções de desenvolvimento emergem.

Segundo Boisier (1999) a concepção de desenvolvimento passa por um processo de subjetivação, principalmente, a partir da década de 1970, saindo de um caráter reducionista econômico e passando a ser reconhecido como um “concepto complejo, profundamente axiológico, multidimensional, constructivista, cualitativo em sua esencia e intangible por consecuencia” (Boisier, 1999, p. 5). Passa a incorporar aspectos subjetivos e intangíveis que se referem ao atendimento das múltiplas necessidades humanas, surgindo, assim, novas concepções para o desenvolvimento.

A ideia de que o desenvolvimento deve ter seu critério principal de aferição na satisfação das necessidades básicas da população leva a construção da concepção de Desenvolvimento Humano, estimulada pelos trabalhos de teóricos como Seers (1970 apud Boisier, 1999), que segundo Boisier trouxe uma revolução no conceito de desenvolvimento quando introduziu aspectos como pobreza, emprego e igualdade; e Sen (2000), através da noção de desenvolvimento como liberdade, que introduz aspectos como liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

Com base nessas concepções de desenvolvimento o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) introduz uma nova forma de medir o desenvolvimento por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), baseado em três componentes considerados essenciais ao desenvolvimento humano: longevidade, qualidade de vida e níveis de conhecimento. Atualmente, além desses três componentes o conceito de desenvolvimento humano integra aspectos como igualdade de oportunidades, liberdade, sustentabilidade e segurança (Boisier, 1999).

Surge, também, na década de 1970, a concepção de ecodesenvolvimento, que vê o desenvolvimento e o meio ambiente como intrinsecamente conectados, no qual três aspectos são fundamentais: a equidade social, a prudência ecológica e a eficiência econômica. O conceito surgiu em 1972, na Conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) no período em que as questões ambientais emergiram com mais intensidade e a relação desenvolvimento/meio ambiente começa a ser discutida. No ano de 1983, é criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, fundada pela ONU e presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid. Essa comissão publica em 1987, o relatório “Our Common Future”, que intensifica o debate sobre a interligação entre questões ambientais e desenvolvimento, também conhecido como Relatório Brundtland.

Em seu sentido mais amplo, a estratégia de desenvolvimento sustentável visa promover a harmonia entre os seres humanos e a natureza. Desenvolvimento sustentável se refere principalmente às consequências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar

da sociedade, tanto presente quanto futura, e se apoia no tripé básico formado pela atividade econômica, meio ambiente e bem-estar da sociedade.

Sachs (1993) aponta cinco dimensões de sustentabilidade que devem ser consideradas simultaneamente quando se planeja o desenvolvimento: sustentabilidade social, que busca a equidade na distribuição de renda, reduzindo as desigualdades sociais; sustentabilidade econômica, através de uma gestão mais eficiente dos recursos e fluxos regulares de investimentos públicos e privados; a sustentabilidade ecológica, na qual devem ser observados, entre outros aspectos, o aumento da capacidade de carga do planeta, limitação do consumo de combustíveis fósseis e outros recursos naturais, além da redução do volume de resíduos e de poluição; sustentabilidade espacial, a qual se refere a uma melhor e mais equilibrada distribuição territorial rural e urbana; por fim, a sustentabilidade cultural, baseada no respeito às especificidades de cada cultura, de cada ecossistema e de cada local.

Ainda, como resposta ao modelo de desenvolvimento vigente, baseado na modernização e crescimento econômico das nações, surge o conceito de desenvolvimento local baseado em teorias territorialistas que percebem uma diversidade de territórios existentes em âmbito infranacional. Estes diversos territórios necessitam de formas de desenvolvimento que atendam às necessidades de cada local, a partir das suas especificidades.

Nessa perspectiva, um dos principais aspectos do desenvolvimento local é o envolvimento da população, tendo em vista que o mesmo ocorre por meio da participação da comunidade, a qual irá orientar os rumos a serem seguidos.

O verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias etc), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento (Martins, 2002, p. 52).

O desenvolvimento local implica, portanto, em uma postura participativa da população. É através de uma efetiva participação popular que a comunidade poderá conduzir o processo de desenvolvimento, de forma democrática e protagonista, a fim de atender as necessidades coletivas. Outro aspecto importante é a valorização dos recursos locais e apesar dessa concepção de desenvolvimento não ter um caráter autossuficiente, a mesmo busca a superação das carências através dos recursos disponíveis no seu território.

Vale ressaltar, entretanto, que no mesmo período do pós-guerra em que surgem os movimentos de contracultura, os movimentos estudantis e de direitos civis que questionavam o modelo econômico vigente; e que surgem os debates a cerca de novas concepções de desenvolvimento que integrasse elementos subjetivos de igualdade social, qualidade de vida, segurança e liberdade; inicia-se um levante de políticas neoliberais. Surgem governos neoliberais, inicialmente, nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, se expandindo, em seguida, para vários outros países, inclusive o Brasil, na década de 1990.

Segundo Harvey (2008), as políticas neoliberais, na teoria, devem favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada; a empresa privada e os empreendedores são essenciais para a inovação e a criação de riqueza; a eliminação da pobreza se dá através do

livre mercado e comércio; a livre mobilidade do capital é decisiva e a competição internacional é saudável, pois reduz os preços, controla a inflação e melhora a eficiência e produtividade, entre vários outros aspectos. Na prática, o Estado liberal típico, em caso de conflitos, “tende a ficar do lado do clima de negócio favorável em detrimento seja dos direitos (e de qualidade de vida) coletivos do trabalho, seja da capacidade de regeneração do ambiente”, e “favorecem a integridade do sistema financeiro e a solvência das instituições financeiras e não o bem estar da população ou a qualidade ambiental” (Harvey, 2008, p. 81).

O fenômeno turístico segue, portanto, o modelo de desenvolvimento econômico implantado a partir do século XVIII, baseado no sistema capitalista de concentração de renda e de riqueza, onde a ênfase maior era no aspecto quantitativo, ao invés do qualitativo, provocando desigualdades e uma seleção natural entre classes sociais, assim como acompanham as políticas neoliberais que surgem na década de 1970. Até a década de 1990, esse modelo de desenvolvimento do turismo é amplamente difundido, sendo pautado pelos Estados como mecanismo para dinamizar a economia local, através da geração de emprego e renda, principalmente, de localidades com escassez de recursos econômicos (Zuñiga, Habert, & Sampaio, 2012). A longo prazo, a aplicação desse modelo resultou em prejuízos não só econômico, mas sociais, ambientais e culturais.

Com a eclosão do “turismo de massa” no período do pós-guerra e as crescentes inquietações com as questões ambientais, iniciou-se uma preocupação com os impactos causados pela atividade turística. A partir da década de 1970, novas formas de turismo começaram a ser pensadas, tendo como base as novas concepções de desenvolvimento, a fim de amenizar os impactos negativos da atividade turística, buscando a sustentabilidade socioespacial e priorizando a valorização da cultura, do meio natural e da comunidade receptora. Começaram, então, a surgir várias publicações que abordavam esses impactos. No final dos anos 1980, começa a serem consideradas as implicações do Relatório de Brundtland na área do turismo, surgindo à expressão turismo sustentável.

A partir dos anos 1990, a expressão turismo sustentável passou a ser utilizada com frequência e aborda um conceito de turismo que reconhece o papel da comunidade local, a forma com que as pessoas são tratadas e o desejo de maximizar os benefícios econômicos do turismo para essa comunidade. O “turismo sustentável” torna-se pauta de diversos encontros internacionais, fortalecendo, assim a articulação dos diversos atores, em todo o mundo, que buscam novas formas de organização do turismo.

As concepções de desenvolvimento local, regional e endógeno, também, tem forte influência nos programas e planos de turismo, a partir de então, tanto em âmbito internacional como nacional. Já nos últimos anos do século XX e início do século XXI, os movimentos antiglobalização que consistiu em diversos protestos contra o sistema capitalista vigente e as políticas neoliberais, abrangendo diversos grupos sociais, e ocorridos em âmbito mundial, teve grande influência na concepção do turismo comunitário.

O Fórum Social Mundial, fruto desses movimentos, foi essencial para o amadurecimento e o fortalecimento da discussão. Especialmente durante o FSM de 2004,

ocorrido em Mumbai (Índia), o turismo ganha um grupo de trabalho específico, compondo a agenda do FSM e produzindo o documento “De Mumbai para Porto Alegre – Quem realmente se beneficia com o turismo”, que reforça o compromisso de comunidades e entidades de transformar o caráter do turismo global para um que seja justo e equitativo para a população local. Essa Declaração afirma a importância de destacar assuntos de turismo dentro dos movimentos antiglobalização e de direitos humanos como forma de fortalecer “as lutas locais e as iniciativas comunitárias daqueles que sofrem os impactos do turismo” (De Mumbai a Porto Alegre - Quem realmente se beneficia com o turismo, 2004, p. 1). Além de apontar a articulação em rede como estratégia “para identificar áreas de preocupação comum, construir alianças com indivíduos, organizações e movimentos que dividem este pensamento, e influenciar agendas de política de turismo” (De Mumbai a Porto Alegre - Quem realmente se beneficia com o turismo, 2004, p. 1).

Durante FSM de 2005, ocorrido em Porto Alegre (Brasil), os debates ganharam grande repercussão com a elaboração da “Declaração de Porto Alegre: um outro turismo é possível”, a qual defendia um novo modelo de turismo desejável pelas comunidades (Araújo, 2011), evidenciando a construção do turismo comunitário em alguns lugares do Brasil e do mundo como forma de se contrapor a realidade do turismo globalizado, “que tenha como pressupostos o envolvimento da população local, a valorização da cultura e diversidade local e a proteção ambiental” (Declaração de Porto Alegre 2005 - Um outro turismo é possível, 2005, p. 1).

Durante esse período, vários outros encontros internacionais trabalharam a temática e contribuíram para a reflexão e articulação de comunidades na construção de novas formas de organização da atividade, como o Fórum Internacional de Turismo Solidário (FITS) de 2003, em Marsella (França); de 2006, em Tuxtla Gutierrez (México) e de 2008, em Bamaco (Mali), o Seminário Internacional de Turismo Sustentável de 2003 e 2008, ocorridos ambos em Fortaleza (Brasil), e o próprio Fórum Social Mundial. Pode-se citar, também, em âmbito nacional o Encontro Nacional de Turismo de Base Local, que ocorre desde 1997, tendo o último encontro ocorrido em 2014.

Nesse sentido, atualmente, pode-se distinguir dois eixos para a atividade turística: o convencional ou hegemônico, e o alternativo (Coriolano & Sampaio, 2008). O eixo hegemônico é caracterizado pelo desenvolvimento globalizado do turismo que visa à homogeneização dos lugares para atender ao mercado global. Prioriza a iniciativa privada, dentro de uma visão neoliberal da atividade, deixando à margem do processo aqueles hegemônicos, que muitas vezes são expulsos de suas localidades ou tentam se inserir de qualquer forma no processo. O eixo do turismo alternativo, por sua vez, baseia-se nessas novas concepções de desenvolvimento que valorizam as peculiaridades e especificidades de cada lugar, e que prioriza a sustentabilidade em suas diversas dimensões.

Turismo comunitário: concepções e dimensões

O turismo comunitário encontra-se dentro do eixo alternativo ao turismo hegemônico e não deve ser visto nem classificado como um segmento ou mais um tipo de turismo, mas

sim como uma forma de organização, uma metodologia de trabalho ou um modo de desenvolver esta atividade. É, na verdade, um modelo de gestão do turismo pautado na sustentabilidade ecológica, cultural e econômica e na valorização das peculiaridades e heterogeneidades do local (Castro & Pinto, 2013).

O surgimento de diversas iniciativas pelo mundo e a abertura para a discussão da temática, promoveram o construção de várias interpretações acerca do que seria o turismo comunitário. No entanto, todas elas derivam de características e princípios em comum. Alguns autores, todavia, vem trabalhando a temática há um bom tempo, sendo seus conceitos tomados aqui como aporte para a discussão. Para Maldonado (2009) turismo comunitário é:

Toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos (Maldonado, 2009, p. 31).

Dessa forma, o turismo comunitário promove uma maior participação das pessoas locais no desenvolvimento da comunidade através da cooperação, do associativismo e da economia solidária. Os benefícios gerados pela a atividade turística permanecem na comunidade, podendo ser utilizados para a melhoria na infraestrutura, em capacitação, educação e saúde.

Para Coriolano (2009, p. 282) o turismo comunitário é “aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades associadas à exploração do turismo”. Assim, apresenta-se, como um modelo de turismo autogestionário, onde a comunidade é proprietária e gestora dos equipamentos turísticos, planeja e desenvolve a atividade turística. Na maioria das vezes, a atividade turística não é a principal atividade econômica, mas contribui na complementação da renda.

Essas comunidades, geralmente, estão localizadas em áreas naturais bastante frágeis, próximas ou inseridas em unidades de conservação. Nesse sentido, o turismo comunitário respeita os ecossistemas em que se desenvolve e luta pela preservação e conservação dessas áreas, propiciando uma nova relação entre a atividade e o espaço natural em que se insere (Sampaio, 2005).

O turismo comunitário proporciona, ainda, uma maior interação entre a comunidade e o turista, baseada no turismo responsável de respeito aos costumes de cada um e a troca de valores e aprendizagem mútua (Irving, 2009). Os turistas são motivados a conhecer esses lugares para obter um maior conhecimento e envolvimento com os modos de vida local, de atividades econômicas, de costumes, de projetos e de lutas comunitárias.

Pode-se perceber, a partir desses conceitos teóricos que o turismo comunitário é visto como uma forma de organização do turismo que busca atender a todas as dimensões da sustentabilidade apresentada por Sachs. Todavia, compreende-se que estes são preceitos teóricos que devem ser buscados, mas que nem sempre são refletidos na prática, devido a

diversos fatores que estão fora do alcance das comunidades e que influenciam bastante o desenvolvimento dessas iniciativas, como o apoio do poder público, investimento em infraestrutura (estradas de acesso, iluminação pública, saneamento básico, comunicação) e acesso a recursos financeiros.

Entende-se, contudo, que o turismo comunitário tem como premissa básica a participação popular e a organização comunitária, buscando assim um desenvolvimento local que atenda às necessidades de cada comunidade, a partir das suas especificidades. Um dos principais aspectos do desenvolvimento local é a efetiva participação da população, assegurando que a comunidade possa conduzir o processo de desenvolvimento de forma democrática e protagonista, atendendo assim às necessidades coletivas (Martins, 2002).

Segundo Bordenave (2007), a participação popular não se refere ao usufruto dos benefícios por parte da população marginalizada, mas sim na intervenção ativa dessa população na construção da sociedade. Participação é um processo coletivo transformador da realidade social. O processo participativo tem como objetivo final a autogestão, ou seja, “uma relativa autonomia dos grupos populares organizados em relação aos poderes do Estado e das classes dominantes” (Bordenave, 2007, p. 20). A autogestão seria o grau mais avançado de participação, no qual um grupo ou comunidade tem pleno controle sobre os objetivos, planejamento e execução das decisões e ações.

Para que haja uma efetiva participação social é necessário, portanto, que a população “tenha parte na produção, gerência e usufruto dos bens da sociedade de maneira equitativa” (Bordenave, 2007, p. 25). Nesse sentido, no que se refere ao desenvolvimento do turismo, mecanismos de participação popular, controlados pelo Estado, nos quais a população local é apenas informada, consultada, conscientizada, ou ainda que, receba alguns benefícios advindos com a atividade, não configura uma real participação social. A participação social requer um processo emancipatório no qual a população se aproprie do controle das ações e estratégias que vão guiar o seu desenvolvimento.

Bordenave ressalta, ainda, que a participação é uma necessidade humana que cresce naturalmente quando surgem oportunidades de praticá-la e pode ser aperfeiçoada até chegar ao grau máximo da autogestão. Contudo, esta não é uma tarefa fácil, e muitas vezes precisa ser estimulada e organizada em determinadas comunidades, o que acontece muitas vezes nas iniciativas de turismo comunitário. Mecanismos de coordenação, comunicação e representação organizados de forma justa e democrática são essenciais para o bom funcionamento de uma sociedade participativa.

O turismo comunitário emerge dentro de um contexto em que comunidades tem seu território ameaçado pelo capital exógeno e vêm na organização e na luta comunitária meio de resistência. O turismo comunitário não é por si só o motor dessa resistência, mas uma de várias estratégias de oposição a um modelo globalizado de acumulação de capital.

A concretização do turismo comunitário se dá através do desenvolvimento de uma “vontade social, coletiva”, por meio da qual é possível criar uma nova realidade social, uma “reforma intelectual e moral”, uma nova hegemonia. Na concepção de Gramsci a vontade social, coletiva é:

uma vontade racional, não arbitrária, que se realiza na medida em que corresponde às necessidades objetivas históricas, isto é, em que é a própria história universal no momento da sua realização progressiva. Se essa vontade é inicialmente representada por um indivíduo singular, a sua racionalidade é atestada pelo fato de ser ela acolhida por um grande número, e acolhida permanentemente, isto é de se tornar uma cultura, um bom senso, uma concepção de mundo, com uma ética conforme à sua estrutura (Gramsci, 2002, p. 202).

Assim, o turismo comunitário vai além do domínio de propriedade dos equipamentos e serviços turísticos pela própria comunidade e passa pela existência de condições para que surja e se desenvolva a vontade social, coletiva na criação de uma nova realidade social. No caso a resistência ao capital globalizado, a luta pelo território e a afirmação dos povos pelas comunidades tradicionais permitiu que emergisse uma vontade coletiva que buscasse a criação de um novo modelo de organização da atividade turística.

Considerações finais

A pesquisa em questão buscou compreender o contexto político social em que emergem em diversas comunidades as propostas de turismo comunitário como um novo modelo de desenvolvimento da atividade turística. Verificou-se que o turismo comunitário emerge como uma proposta de modelo contra-hegemônica que busca minimizar os impactos causados pela intervenção do turismo no processo de desenvolvimento das comunidades receptoras centrado em políticas neoliberais que priorizam a iniciativa privada e a acumulação de capital.

O Estudo buscou, também, entender as premissas básicas para o fortalecimento e consolidação de iniciativas de turismo comunitário. Apontou, nesse sentido, que a participação popular de forma efetiva é elemento essencial para a construção da atividade turística de base comunitária. O modelo de turismo comunitário quando coloca a comunidade receptora como centro do processo de planejamento e desenvolvimento da atividade turística, sendo a mesma proprietária e gestora dos equipamentos turísticos, permite que este seja realmente um processo de transformação da realidade social.

Por último, o turismo comunitário está intrinsecamente ligado ao grau de organização e formação coletiva de determinada comunidade e ao nível de aceitação dessa comunidade a “reforma intelectual e moral” como aborda Gramsci. Iniciativas de turismo comunitário dificilmente persistirão ao longo do tempo se forem impostas por instituições e políticas externas às comunidades. Elas devem emergir da vontade das próprias comunidades e na compreensão da necessidade de desenvolver um outro modelo de turismo.

Contudo, entende-se que não se esgotam aqui as reflexões acerca do turismo comunitário, tendo em vista que as iniciativas ainda são bastante recentes, necessitando assim de estudos que abordem a temática e contribuam para o desenvolvimento e fortalecimento das mesmas.

Referências

- Aramberri, J. (2001). The host should get lost: paradigms in the Tourism Theory. *Annals of Tourism Research*. Vol. 28, N. 3., pp. pp. 738-761.
- Araújo, M. (2011). O início do pensamento em torno do turismo de base comunitária: estudo de caso na comunidade de Galiléia, município de Caparaó, Minas Gerais, Brasil. *Turismo em Análise*, v.22, n.2, pp. 238-276.
- Bauman, Z. (1999). *Globalização: as consequências humanas*. (M. Penchel, Trad.) Rio de Janeiro: Zahar.
- Boisier, S. (1999). *Desarrollo (local): ¿De qué estamos hablando?* Santiago de Chile: Documento comisionado por la Cámara de Comercio de Manizales, Colombia.
- Bordenave, J. E. (2007). *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense.
- Boyer, M. (2003). *História do turismo de massa*. (V. Ribeiro, Trad.) Bauru: EDUSC.
- Castro, L. L., & Pinto, R. (ago de 2013). Sustentabilidade e turismo comunitário: aspectos teóricos-conceituais. *Caderno Virtual de Turismo*. v.13. n.2, pp. p.213-226.
- Coriolano, L. M. (2009). O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: D. G. Roberto Bartholo, *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileira* (pp. 277-288). Brasília: Letra e Imagem.
- Coriolano, L. N., & Sampaio, C. A. (2008). Repensando o turismo comunitário e solidário. In: *Anais do X Seminário Internacional de Turismo* (pp. p. 01-21). Curitiba : UNICENP.
- Figueiredo, S. L., & Ruschmann, D. V. (jun de 2004). Estudos genealógicos das viagens, dos viajantes e dos turistas. *Novos Cadernos NAEA*, v.7, n.1, pp. 155-188.
- Furtado, C. (1980). *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Ed. Nacional.
- Gil, A. C. (1994). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Gramsci, A. (2002). *Cartas do cárcere*, v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Harvey, D. (2008). *O neoliberalismo: histórias e implicações*. São Paulo: Loyola.
- Harvey, D. (2013). *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- Irving, M. d. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: R. Bartholo, & D. G. (org.), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem.
- Maldonado, C. (2009). O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: R. Bartholo, D. G. Sansolo, & I. Bursztyn, *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 25-44). Brasília : Letra e Imagem.
- Martins, S. R. (2002). Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. v.3, n.5, pp. p.51-59.
- Marx, K. (2008). *O Capital*. 3ª ed. Bauru, SP: EDIPRO.
- Moreira, S. B., & Crespo, N. (2012). Economia do desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. *Revista de Economia*. v. 36 (2), pp. p.25-50.
- Pires, P. d. (2002). *Dimensões do ecoturismo*. São Paulo: SENAC.

Sachs, I. (1993). *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel.

Sampaio, C. A. (2005). *Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

Santos, M. (2010). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.

Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Campanha das Letras.

Turismo, C. d. (2004). *De Mumbai a Porto Alegre - Quem realmente se beneficia com o turismo*. Mumbai: 4º Fórum Social Mundial.

Turismo, C. d. (2005). *Declaração de Porto Alegre 2005 - Um outro turismo é possível*. Porto Alegre: 5º Fórum Social Mundial.

Zuñiga, C. H., Habert, G. P., & Sampaio, C. A. (2012). Arranjos socioprodutivos para o turismo de interesses especiais no território Patagônia Verde (Chile): uma alternativa para um desenvolvimento territorial sustentável. *Turismo Visão e Ação*, v.14, n.3, pp. 292-303.